

NOTA DE ENVIO

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: **Ficha analítica das propostas de alteração relativas à vida democrática da União:**
– **Projectos de artigos relativos à Parte I da Constituição, Título VI**
(artigos 33.º a 37.º)

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, a ficha analítica das propostas de alteração relativas à vida democrática da União : projectos de artigos relativos à Parte I da Constituição, Título VI (artigos 33.º a 37.º).

FICHA ANALÍTICA DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO RELATIVAS À
VIDA DEMOCRÁTICA DA UNIÃO
PARTE I DA CONSTITUIÇÃO, TÍTULO VI
PROJECTOS DE ARTIGOS 33.º A 37.º

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES – RESUMO

1. Os membros da Convenção apresentaram um total de 235 alterações aos projectos de artigos do Título VI, "Vida democrática da União", das quais 5 alterações de carácter geral, 30 relativas ao artigo 33.º, 50 relativas ao artigo 34.º, 25 relativas ao artigo 35.º, 30 relativas ao artigo 35.º-A, 40 relativas ao artigo 36.º, 22 relativas ao artigo 36.º-A, e 33 relativas ao artigo 37.º.
2. As alterações que foram apresentadas em relação aos artigos 33.º a 37.º dizem respeito a aspectos muitos diversos da vida democrática da União, pelo que nem sempre é fácil agrupá-las por tema. É possível, contudo, destacar algumas alterações mais significativas:
 - ▶ Artigo 33.º, Princípio da igualdade democrática: As alterações mais significativas dizem respeito à supressão do artigo ou à introdução da noção de "igualdade dos Estados-Membros", que viria acrescentar-se à dos cidadãos.
 - ▶ Artigo 34.º, Princípio da democracia participativa: Um certo número de Convencionais propõe que a referência a "cidadãos" seja substituída por "cidadãos da União". Outras alterações significativas dizem respeito à inclusão de referências à democracia representativa, à descrição da forma como os cidadãos podem participar na vida democrática da União e à definição de sociedade civil (havendo vários pedidos de especificação ou de aditamento, por exemplo em relação aos parceiros sociais e ao diálogo social ou ao diálogo com as associações representativas das autoridades regionais ou locais).
 - ▶ Artigo 35.º, Provedor de Justiça Europeu: O maior número de alterações diz respeito à nomeação do Provedor de Justiça Europeu, havendo vários pedidos no sentido de se indicar que é nomeado pelo Parlamento Europeu.

- ▶ Artigo 35.º-A, Partidos políticos a nível europeu: Um certo número de Convencionais gostaria que fosse inteiramente retomado o artigo 191.º do TCE, ou que fossem acrescentados elementos deste artigo. Outros propõem que o texto seja substituído por uma base jurídica para a criação dos partidos políticos europeus.
 - ▶ Artigo 36.º, Transparência dos trabalhos das Instituições da União: As alterações mais numerosas são as que dizem respeito à noção de "transparência", à descrição dos trabalhos do Conselho que serão públicos, à descrição dos que são abrangidos pelo direito de acesso aos documentos, à referência às instituições, agências e organismos, à fixação de um prazo para a aprovação das disposições específicas de acesso aos documentos, e à supressão do emprego da forma feminina de "cidadão" (difícil de traduzir para certas línguas).
 - ▶ Artigo 36.º-A, Protecção de dados pessoais: Vários Convencionais propõem a supressão do n.º 1, por julgarem supérflua a duplicação em relação à Carta dos Direitos Fundamentais.
 - ▶ Artigo 37, Estatuto das igrejas e das organizações não confessionais: O Secretariado recebeu várias propostas de supressão do artigo na totalidade. As propostas neste sentido especificam frequentemente que se manteria o teor e o estatuto da Declaração 11 anexa ao Tratado de Amesterdão.
3. Alguns propõem que se aditem a este Título artigos relativos às "iniciativas legislativas dos cidadãos", ao "direito de petição", ao "referendo europeu", ao "diálogo social" e ao "papel dos parceiros sociais na definição da dimensão social da União", ao "pluralismo dos meios de comunicação social", aos "princípios da boa administração" e ao "diálogo com as regiões e autarquias locais".
 4. Um certo número de alterações alude à duplicação dos artigos deste Título em relação aos artigos da Carta dos Direitos Fundamentais, perguntando-se alguns Convencionais se tal duplicação se justifica.
 5. Foram apresentadas algumas alterações específicas relativamente ao próprio Título:
 - ▶ Alteração da designação do Título: " Vida democrática da União e princípios de boa governação" (*No 1/de Vries e de Bruijn*) ; " Vida democrática da Comunidade" (*No 3/Kirkhope*) " Democracia participativa" (*No 5/Sigmund, Briesch e Frerichs*),

- ▶ Supressão do Título e inserção dos artigos 34.º a 36.º-A noutros títulos (*No 2/Duff e 18 co-signatários*),
- ▶ Fusão do Título com os artigos relativos aos valores, objectivos e direitos fundamentais da União e, se se pretende, com o Título VI, aplicar alguns dos direitos fundamentais enunciados na Carta, introdução de outros direitos fundamentais que não foram contemplados nos projectos de artigos, bem como um mecanismo ou órgão de supervisão (*No 4/Kohout*).

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES ARTIGO POR ARTIGO

Artigo 33.º: Princípio da igualdade democrática

O funcionamento da União baseia-se no princípio da igualdade dos cidadãos, que beneficiam de igual atenção por parte das Instituições da União.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Observações de carácter geral:

O artigo 33.º foi alvo de poucas alterações de fundo, sendo a maioria de ordem redaccional. Foram avançadas algumas propostas de reformulação ou de fusão dos artigos 33.º e 34.º. As alterações mais significativas dizem respeito à supressão do artigo 33.º ou à introdução da noção de "igualdade dos Estados-Membros", a acrescentar à igualdade dos cidadãos.

- ▶ Supressão de todo o artigo 33.º, nomeadamente porque duplica disposições da Carta (No 6/Duff + 22, No 9/ Fischer, No 10/Haenel e Badinter, No 14/ Hübner, No 21/Queiró, No 22/Roche, No 29/Wuermeling).
- ▶ Precisar que o princípio da igualdade abrange também a "igualdade entre Estados-Membros" (No 7/Farnleitner + 3, No 23/Rupel + 1, No 26/Tiilikainen + 4).
- ▶ Reformulação do artigo 33.º, a fim de introduzir a ideia de que a democracia europeia se baseia em cinco níveis : "a liberdade das pessoas, a autonomia das cidades e dos municípios, a autonomia das regiões, a soberania dos Estados-Membros e a União comum" (No 28/Voggenhuber, MacCormick, Lichtenberger).
- ▶ Precisar que os cidadãos a que se refere o artigo 33.º são os cidadãos da "União Europeia" / dos "Estados-Membros" / "seus" cidadãos (No 12/Heathcoat-Amory e Bonde, No 11/Hain).
- ▶ Os termos "igual atenção", na segunda frase, são por vezes substituídos por outras formulações, como "os cidadãos gozam dos mesmos direitos" (No 19/Muscardini).
- ▶ Supressão de "beneficiam de igual atenção por parte das Instituições da União" (No 5/de Vries e de Bruijn, No 8/Fini, No 15/Jacobs, No 17/ Lopes e Lobo Antunes, No 18/Meyer).
- ▶ Rever a redacção do artigo 33.º, a fim de não dar a impressão de que o "princípio da igualdade dos cidadãos" é o único por que se rege o funcionamento da União (No 2/Attalides).
- ▶ Precisar que o princípio da igualdade deve ser respeitado "por todas as Instituições da União" (No 3/Azevedo e Nazaré Pereira).
- ▶ Alargar o âmbito de "cidadãos" para "pessoas que tenham residência legal num Estado-Membro" (No 27/Timmermans).
- ▶ Reformulação do artigo 33.º, substituindo-o por uma disposição que institua um "Congresso que reúna representantes dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu" (No 30/de Villepin).

Alterações de redacção:

- *No 13/Hjelm-Wallen + 4, No 20/Oleksy, No 24/Santer + 4.*

Artigo 34.º: Princípio da democracia participativa

- 1. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União.*
- 2. As Instituições da União, recorrendo aos meios adequados, darão aos cidadãos e às associações representativas a possibilidade de expressarem e partilharem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de acção da União.*
- 3. As Instituições da União estabelecerão um diálogo aberto, transparente e regular com as organizações representativas e com a sociedade civil.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Proposta de alteração do título do artigo para "Democracia europeia" (No 7/Duff + 22, No 8/Dybckaer) ou para "Diálogo civil" (No 32/Sigmund, Briesch e Frerichs), ou de alteração da tradução do título em inglês por "the principle of democratic involvement" (No 23/Lennmarker).
- Proposta de supressão dos números constantes do projecto, substituindo-os por um parágrafo único segundo o qual o princípio por que se rege a União será a tomada de decisões e o exercício dos poderes ao nível mais baixo, quando possível, o que implicará uma restituição de poderes aos Parlamentos nacionais, quando necessário (No 15/Heathcoat-Amory e Bonde).
- Fusão dos n.ºs 2 e 3 (No 28/Palacio).
- Substituir as referências à União por referências à Comunidade (No 21/Kirkhope).

N.º 1

Referência aos cidadãos:

- Alterar a referência aos cidadãos, indicando que se trata dos "cidadãos da União, organizados ou não" (No 6/de Vries e de Bruijn), ou simplesmente "cidadãos da União" (No 10/Farnleitner, Tusek, Bösch e Mainoni, No 11/Muscardini, No 14/Hain, No 17/Hololei), ou substituindo "cidadãos" por "pessoas" (No 35/Voggenhuber + 4).

Democracia participativa e democracia representativa :

- Substituir o texto deste número por um texto que incentive os cidadãos a participar na vida democrática da União e que especifique que estão directamente representados no Parlamento Europeu, e que os Governos dos Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu e no Conselho e são responsáveis perante os Parlamentos nacionais (No 7/Duff + 22, No 8/Dybckaer), ou por um texto que especifique que os cidadãos participam na vida democrática da União designadamente através das eleições europeias e dos referendos europeus (No 19/Kaufmann).

- ▶ Acrescentar que a democracia participativa será respeitada ao nível da União e do Estado, bem como ao nível regional e local (No 16/Hjelm-Wallén + 4).

Outros temas:

- ▶ Acrescentar que será facultado o livre acesso à legislação e ao processo de tomada de decisão através da Internet (No 3/Bonde e Zahradil).
- ▶ Aditar que todas as acções da União emanam dos cidadãos e dos Estados-Membros (No 12/Fischer).
- ▶ Aditar uma reserva segundo a qual este direito dos cidadãos deve ser conforme com o direito correspondente no Estado-Membro em causa (No 21/Kirkhope).
- ▶ Substituir este número por um texto respeitante aos princípios do diálogo e do respeito mútuo nas relações entre as Instituições da União e as organizações representativas dos diversos interesses de carácter económico, social, cultural ou religioso (No 29/Queiró).
- ▶ Substituir este número por um texto segundo o qual as instituições da União asseguram a transparência e implementam processos de informação, de audição e de consulta (No 32/Sigmund, Briesch e Frerichs).
- ▶ Acrescentar que a União reconhece que a liberdade de informação e a cidadania activa são fundamentais para a legitimidade democrática das duas decisões e acções, e que as decisões são tomadas da forma mais aberta e mais próxima dos cidadãos que for possível (No 35/Voggenhuber + 4).
- ▶ Acrescentar que, a par do direito de participar na vida democrática da União, os cidadãos também gozam do direito de participar no processo de tomada de decisão (No 49/Filibeck).

N.º 2

Tomada de decisão a um nível próximo dos cidadãos:

- ▶ Acrescentar que as decisões serão tomadas da forma mais aberta possível e tão perto dos cidadãos quanto possível (No 7/Duff + 22, No 8/Dybkaer).

Partes interessadas:

- ▶ Acrescentar que os grupos de pressão têm acesso às Instituições da União se estiverem registados ("publicly registered") e se declararem as suas fontes de rendimento (No 3/Bonde e Zahradil).
- ▶ Aditar uma referência aos parceiros sociais (No 12/Fischer).
- ▶ Aditar referências específicas à sociedade civil, aos actores regionais e locais (No 20/Kiljunen) ou à "sociedade civil" (No 38/Timmermans).
- ▶ Aditar uma referência às "cidadãs" /forma feminina de "cidadãos" (NdR : a forma feminina é difícil de traduzir para várias das línguas da União) (No 19/Kaufmann).

- ▶ Aditar uma referência às "peças que residam num Estado-Membro" e acrescentar que a União incentiva a participação dos seus cidadãos em associações democráticas (No 27/Paciotti, No 34/Van Lancker + 10 incluindo Paciotti). Aditar uma referência às "peças singulares e colectivas que residam num Estado-Membro " (No 38/Timmermans).

Associações :

- ▶ Especificar que se trata das associações reconhecidas a nível nacional e europeu, que os meios são definidos e que se trata de pontos de vista sobre as acções da União nos domínios da sua competência (No 25/Muscardini).
- ▶ Suprimir a referência às associações representativas (No 16/Hjelm-Wallén + 4) ou simplesmente o termo "representativas " (No 36/Wuermeling). Suprimir " recorrendo aos meios adequados " (No 22/Kohout, No 24/Migaš).

Diálogo, consulta, trocas de informação e de experiências :

- ▶ Substituir este número por um texto segundo o qual as instituições organizarão consultas públicas e outras formas de diálogo relativamente às iniciativas legislativas, excepto em caso de urgência (No 29/Queiró)
- ▶ Substituir este número por um texto segundo o qual a União facilita e garante um diálogo (estruturado e regular) com as associações representativas da sociedade civil (No 32/Sigmund, Briesch e Frerichs), ou por um texto segundo o qual as instituições da União "tomarão as medidas adequadas para facilitar a expressão dos pontos de vista e dos conhecimentos especializados sobre todos os domínios de acção da União através de organizações não governamentais" (No 49/Filibeck). Reformular o número, substituindo os termos "associações representativas" por "sociedade civil, designadamente no âmbito das associações", e "expressarem" por "serem informados sobre a vida democrática da União", completando "pontos de vista" com "e, se for caso disso, os seus conhecimentos especializados" (No 50/de Villepin).
- ▶ Especificar que os cidadãos e as associações terão a possibilidade de participar no processo de decisão através de votação por referendo sobre a legislação europeia e de referendos populares (No 35/Voggenhuber + 4).
- ▶ Substituir este número por um texto relativo à promoção da cidadania activa, ao reconhecimento do contributo da sociedade civil organizada e ao incentivo à participação dos cidadãos em associações democráticas (No 37/Gabaglio).

Supressão:

- ▶ Suprimir este número (em razão da falta de clareza relativamente às suas implicações, se interpretado pelo Tribunal, No 6/de Vries e de Bruijn).

Sociedade civil:

- ▶ Alterar o texto, consagrando "associações representativas da sociedade civil" (No 1/Azevedo e Pereira). Suprimir a referência às associações representativas, referindo antes a "sociedade civil organizada" (No 18/Jacobs). Alterar a ordem do texto no sentido de "com a sociedade civil, designadamente com as associações representativas" (No 36/Wuermeling). Substituir "as organizações representativas" por "a sociedade civil, através da consulta com as organizações representativas e com os parceiros sociais" (No 49/Filibeck).
- ▶ Aditar " e com os cidadãos da União, organizados ou não " (No 6/de Vries e de Bruijn).

Parceiros sociais, diálogo social :

- ▶ Aditar "os parceiros sociais" (No 7/Duff + 22, No 8/Dybkaer, No 35/Voggenhuber + 4) ou uma referência ao apoio ao diálogo autónomo dos parceiros sociais (No 12/Fischer). Aditar referências específicas às centrais sindicais, às organizações empresariais, profissionais, não governamentais e às organizações representativas da economia social (No 4/Borrell, Carnero e López Garrido).

Associações representativas do nível regional e local :

- ▶ Aditar uma referência às associações representativas dos governos regionais e locais (No 14/Hain) ou aos actores regionais e locais (No 20/Kiljunen).
- ▶ Aditar "estruturado" após "diálogo" (No 19/Kaufmann, No 26/Oleksy, No 39/Gabaglio, No 49/Filibeck) e "organizada" após " sociedade civil " (No 19/Kaufmann, No 39/Gabaglio). Especificar que se trata das associações reconhecidas a nível nacional e europeu (No 25/Muscardini).

Diálogo, consultas, transparência :

- ▶ Acrescentar que as instituições vão igualmente promover o diálogo, e que a Comissão procederá a consultas abrangentes ao preparar iniciativas legislativas, a fim de assegurar a democracia, a proporcionalidade, a coerência e a transparência (No 16/Hjelm-Wallén et 4). Substituir " estabelecerão " por "assegurarão" ou " garantirão " (No 17/Hololei, No 19/Kaufmann, No 26/Oleksy, No 49/Filibeck).
- ▶ Acrescentar que o diálogo se deve fundar na transparência e na abertura dos processos de decisão da União (No 3/Bonde e Zahradil).
- ▶ Alterar o texto no sentido de que as instituições facilitarão a expressão pública e a troca de pontos de vista dos cidadãos e das associações (No 11/Muscardini).
- ▶ Substituir este número por um texto que especifique que o Conselho Económico e Social é a instância de diálogo entre a sociedade civil organizada e a União (No 32/Sigmund, Briesch e Frerichs).

- ▶ Aditar que o Parlamento Europeu e o "Conselho Legislativo" definirão as condições e os prazos que a Comissão aplicará antes de apresentar um projecto de lei/lei-quadro (No 9/Einem).

Supressão:

- Suprimir este número (No 13/Haenel e Badinter, No 50/de Villepin).

Propostas de aditamento de um ou mais números

Direitos dos cidadãos (eleições europeias e eleições autárquicas) :

- ▶ Aditar um novo n.º 1 relativo ao direito que assiste aos cidadãos da União de votar e de ser candidato às eleições europeias (No 10/Farnleitner, Tusek, Bösch e Mainoni) ou um n.º 2 relativo ao direito que assiste aos cidadãos residentes num Estado-Membro que não o seu de nele votar e ser candidato às eleições autárquicas e europeias (No 9/Einem).

Contributo da sociedade civil e vida associativa:

- ▶ Aditar um novo n.º 2 relativo ao reconhecimento do contributo da sociedade civil para a democracia europeia (No 11/Muscardini, No 33/Tajani, No 49/Filibeck) ou relativo ao reconhecimento da democracia participativa como complemento da democracia representativa, acrescentando que a União garante a participação, na vida democrática da União, das associações representativas da sociedade civil que respeitem os valores da União (No 27/Paciotti, No 34/Van Lancker + 10 incluindo Paciotti). Aditar uma referência à promoção da cidadania activa e à participação dos cidadãos, sobretudo dos jovens, em associações democráticas (No 49/Filibeck).
- ▶ Aditar um número segundo o qual as instituições da União estabelecerão procedimentos de informação e de consulta que possibilitem a participação das associações da sociedade civil na elaboração das políticas da União (No 27/Paciotti, No 34/Van Lancker + 10 incluindo Paciotti)
- ▶ Aditar um n.º 4 relativo à consulta prévia das partes interessadas pela Comissão, tendo em vista assegurar a coerência e a transparência (No 2/Berès + 10).
- ▶ Aditar um n.º 4 que indique que o Comité Económico e Social é a instituição que assegura o diálogo estruturado com a sociedade civil europeia (No 4/Borrell, Carnero e López Garrido).

Parceiros sociais e diálogo social:

- ▶ *Aditar um número relativo ao reconhecimento da União e à promoção da participação dos parceiros sociais na governação económica e social da União* (No 3/Bonde t Zahradil, No 5/Brok + 34 No 7/Duff + 22 , No 8/Dybkaer, No 19/Kaufmann, No 22/Kohout , No 31/Severin, No 35/Voggenhuber + 4 , No 41/Kristensen + 4), *à promoção e ao apoio ao diálogo social, no respeito pela autonomia dos parceiros sociais* (No 3/ Bonde t Zahradil, No 5/Brok + 34 , No 19/Kaufmann, No 22/Kohout, No 31/Severin, No 41/ Kristensen + 4) e *à diversidade dos sistemas nacionais neste domínio* (No 3/Bonde et Zahradil, No 41/Kristensen + 4).

- ▶ Aditar um número com as disposições relativas à criação de um Fórum Social Europeu, à sua composição, à frequência das suas sessões e às suas funções (No 31/Severin).

Consulta das autoridades regionais e locais:

- ▶ Aditar um novo número relativo ao respeito pela autonomia dos governos regionais e locais e especificar que as autoridades regionais e locais são consultadas no âmbito do Comité das Regiões (No 7/Duff + 22, No 8/Dybkaer).
- ▶ Aditar um número segundo o qual a Comissão, em colaboração com as autoridades nacionais, procede às consultas apropriadas com as entidades regionais e locais, promove a consulta dos parceiros sociais e toma as medidas adequadas para facilitar o diálogo social (No 28/Palacio).

Diversos:

- ▶ Aditar um novo número segundo o qual a União reconhece o importante contributo dos Parlamentos nacionais para a vida democrática da própria União (No 30/Schlüter).
- ▶ Aditar um n.º 4 segundo o qual as instituições da União estarão abertas aos meios de comunicação social e facilitarão o seu trabalho, respeitando a sua independência (No 27/Paciotti, No 34/Van Lancker + 10 incluindo Paciotti).
- ▶ Aditar um número segundo o qual os cidadãos e as respectivas organizações têm o direito de recorrer ao Tribunal de Justiça Europeu para contestar decisões das instituições que lhes digam directamente respeito (No 40/Fayot).

Propostas de aditamento de um novo artigo

- ▶ Criação das iniciativas legislativas dos cidadãos e dos referendos européus (No 42/Borrell, Carnero e López Garrido). Criação das iniciativas dos cidadãos europeus, dos pedidos dos cidadãos europeus e dos referendos dos cidadãos europeus (No 43/Einem e Berger), e definição das respectivas modalidades (No 43/Einem e Berger). Artigo sobre o direito de petição e sobre o referendo europeu (No 47/Lamassoure).
- ▶ *Artigo sobre o papel dos parceiros sociais, o diálogo social (No 44/Floch, No 45/Gabaglio, No 46/Jacobs, No 48/Van Lancker + 11) e a promoção da participação dos parceiros sociais na governação económica e social (No 44/Floch, No 48/Van Lancker + 11).*

Artigo 35.º: Provedor de Justiça Europeu

É nomeado um Provedor de Justiça incumbido de receber queixas respeitantes a casos de má administração nas Instituições da União, bem como de proceder a inquéritos e apresentar relatórios sobre essas queixas.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Nomeação:

- ▶ *Especificar que é o Parlamento Europeu a nomear o Provedor de Justiça (No 4/Borrell, Careno e López Garrido, No 6/Duff + 28 , No 8/Fischer, No 11/Kaufmann, No 16/Muscardini, No 17/Paciotti + 10 , No 22/Voggenhuber + 4). Aditar disposições relativas à nomeação (No 11/Kaufmann).*
- ▶ *Evocar a nomeação na Parte II (No 9/Haenel e Badinter).*

Independência :

- ▶ *Aditar referência à independência do mediador (No 5/de Vries e de Bruijn, No 21/Timmermans).*

Mandato:

- ▶ *Substituir " nas Instituições da União " por " nas actividades das Instituições ou órgãos da União, com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância " (No 5/de Vries e de Bruijn, No 14/Lopes e Lobo Antunes) ou por " por parte das Instituições e órgãos da União " (No 16/Muscardini) ou aditar " com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância " (No 18/Palacio, No 25/de Villepin) ou aditar " ou órgãos " após "Instituições" (No 22/Voggenhuber + 4).*
- ▶ *A acrescentar que o Provedor de Justiça tem o direito de examinar todo e qualquer documento que esteja na posse da União e todo e qualquer documento relativo ao financiamento de projectos por parte da União (No 3/Bonde + 4).*
- ▶ *Aditar que o Provedor de Justiça pode fazer recomendações às Instituições, que são obrigadas a responder-lhes (No 17/Paciotti + 10).*

Outros temas:

- ▶ *Aditar uma remissão para as disposições pormenorizadas constantes da Parte II (No 7/Farnleitner + 3). (Também recordado num comentário à alteração No 2/Azevedo e Nazaré Pereira).*
- ▶ *Substituir "União" por "Comunidade" (No 12/Kirkhope).*
- ▶ *Substituir o texto pelo disposto no artigo 43.º da Carta dos Direitos Fundamentais, caso se opte por manter o artigo (No 20/Roche).*
- ▶ *Suprimir o artigo (No 13/Korčok, No 15/Meyer)*
- ▶ *Substituir por um novo artigo sobre o Provedor de Justiça Europeu (No 19/Queiró).*

Propostas de aditamento de um ou mais números

- ▶ *Aditar um número segundo o qual o Provedor de Justiça apresentará um relatório anual ao Parlamento Europeu e, ao mesmo tempo, aos Parlamentos nacionais (No 24/Vassiliou).*
- ▶ *Aditar um número sobre a cooperação entre o Provedor de Justiça Europeu e os Provedores de Justiça dos Estados-Membros (No 1/Avgerinos, Giannakou e Stylianidis). Acrescentar que o Provedor de Justiça tem adjuntos em cada Estado-Membro (No 16/Muscardini)*

Outros

- ▶ *Na alteração No 10, P. Hain pergunta-se se o artigo é apropriado em matéria de PESC.*

Artigo 35.º-A: Partidos políticos a nível europeu

Os partidos políticos a nível europeu contribuem para a formação da consciência europeia e para a expressão da vontade política dos cidadãos da União.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Retomar o artigo 191.º do TCE ou determinados elementos desse artigo :

- ▶ Acrescentar que estes partidos desempenham um importante papel como factor de integração na União (do artigo 191.º do TCE, *No 12/Hübner, No 17/Lopes e Lobo Antunes, No 26/Santer+ 3*).
- ▶ Substituir o texto proposto pelo texto do artigo 191.º do TCE, adaptando a referência à aprovação das regras (referência ao processo legislativo) e aditando um último parágrafo relativo à organização interna democrática dos partidos e a processos democráticos de nomeação dos candidatos às eleições europeias (*No 3/Brook+t 36, No 9/Follini*). Retomar o artigo 191.º do TCE (*No 8/Floch*).

Definições:

- ▶ Substituir " a nível europeu " por " e movimentos " e substituir " europeia " por " democrática " (*No 1/Bonde + 3*). Substituir " a nível europeu " por " activos na União Europeia " e " contribuem para a formação da consciência europeia " por " contribuirão para determinar a política da União " (*No 7/Fini*). Suprimir " a formação da consciência europeia " (*No 11/Hjelm-Wallén + 4, No 16/Lennmarker, No 20/Queiró*).
- ▶ Aditar " de modo essencial " após " contribuem ", e " e do pluralismo político " após "vontade". Acrescentar que os partidos devem respeitar os valores da União e possuir uma estrutura e um funcionamento democráticos (*No 2/Borrell, Carnero e López Garrido*) ou que " respeitam os valores da União " (*No 24/Van Lancker + 10*).

Base jurídica para a criação dos partidos políticos europeus:

- ▶ Substituir o texto proposto e introduzir uma base jurídica para a criação dos partidos políticos europeus (*No 4/Duff + 19, No 23/Severin*). Substituir por um artigo sobre os partidos políticos europeus (*No 13/Kaufmann*).

Diversos:

- ▶ Aditar " e serão promovidos " no final do artigo (*No 25/Voggenhuber + 4*).
- ▶ Aditar " a par das delegações nacionais no Parlamento Europeu " após " partidos políticos a nível europeu " (*No 5/The Earl of Stockton*). Substituir o artigo por um texto relativo ao papel das delegações nacionais no Parlamento Europeu (*No 14/Kirkhope*).
- ▶ Alterações de redacção (sequência) (*No 19/Migaš*).

Supressão:

- ▶ Suprimir o artigo (*No 10/Heathcoat-Amory, Bonde, No 15/Korčok, No 18/Meyer*).

Propostas de aditamento de um ou mais parágrafos

- ▶ Aditar um parágrafo relativo à aprovação das regras aplicáveis [ao estatuto dos] aos partidos políticos a nível europeu, nomeadamente, das regras relativas ao respectivo financiamento (*No 6/Einem, No 11/Hjelm-Wallén + 4, No 22/Rupel, No 29/de Villepin*).

Propostas de aditamento de um artigo

- ▶ Aditar um artigo sobre a formação dos sindicatos a nível europeu (*No 23/Severin*).
- ▶ Aditar um artigo sobre o papel dos parceiros sociais a nível europeu na definição da dimensão social da União (*No 30/de Villepin*).
- ▶ Aditar um artigo sobre a importância do pluralismo dos meios de comunicação social para a vida democrática da União (*No 27/Kaufmann*).
- ▶ Aditar um artigo sobre o direito de apresentar petições ao Parlamento Europeu que assiste a todos os cidadãos ou a todas as pessoas singulares ou colectivas com residência ou sede num Estado-Membro (*No 28/Van Lancker + 9*).

Artigo 36.º : Transparência dos trabalhos das Instituições da União

1. *A fim de promover a boa governação e assegurar a participação da sociedade civil, a actuação das Instituições da União pautar-se-á pelo máximo respeito possível do princípio de abertura.*
2. *As sessões do Parlamento Europeu são públicas, assim como as do Conselho, sempre que delibere sobre uma proposta legislativa.*
3. *Qualquer cidadã ou cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência num Estado-Membro goza do direito de acesso aos documentos – seja qual for a forma em que foram produzidos – do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, bem como das agências e órgãos criados por essas Instituições.*
4. *Os princípios gerais, as condições e os limites que, por razões de interesse público ou privado, regem o exercício do direito de acesso aos documentos são definidos pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com o processo legislativo.*
5. *Cada Instituição, agência ou órgão a que se refere o n.º 2 define, no respectivo regulamento interno, disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Substituir "União" por "Comunidade" (No 16/Kirkhope).

N.º 1

Transparência e abertura dos trabalhos das Instituições:

- *Aditar "as agências e os órgãos criados por estas Instituições" e substituir "abertura" por "transparência" (No 1/Azevedo e Nazaré Pereira). Suprimir os termos "máximo" e "possível" (No 11/Fischer, No 15/Kaufmann). Aditar "e de transparência" (No 17/Korčok). Substituir "pelo máximo respeito possível do princípio de abertura" por "pela abertura, a não ser que haja motivos indiscutíveis para que se realize um debate 'à porta fechada'" (No 16/Kirkhope), por "pelo princípio de abertura" (No 18/Lennmarker), por "pelos princípios da abertura e da transparência" (No 19/Lequiller), ou por "pela transparência" (No 21/Muscardini). Reformular, dizendo que "as Instituições da União procuram actuar, nos processos deliberativos, de modo conforme ao princípio da transparência" (No 31/Queiró). Substituir o texto segundo o qual "a actuação das Instituições da União [se] pautará pelo máximo respeito possível do princípio de abertura" por um texto segundo o qual "as Instituições mantêm um registo da correspondência recebida e enviada, bem como arquivos facilmente acessíveis ao público" (No 2/Bonde + 4).*

Diversos:

- ▶ Aditar "democrática" a seguir a " participação " (*No 14/Heathcoat-Amory e Bonde*). Substituir " sociedade civil " por "cidadãos " (*No 20/Lopes e Lobo Antunes, No 29/Hjelm-Wallén + 4*).
- ▶ Aditar "facilitar a plena informação dos cidadãos" antes de " promover a boa governação" (*No 30/Attalides*).

Supressão:

- ▶ Suprimir o número (*No 8/Duff + 20, No 28/Voggenhuber, MacCormick e Lichtenberger*).

N.º 2

Transparência dos trabalhos do Conselho:

- ▶ Substituir " delibere sobre uma proposta legislativa" por "investido de poderes legislativos" (*No 1/Azevedo e Nazaré Pereira*), por "Conselho legislativo " (*No 9/Einem*), pela repetição da fórmula do n.º 2 do artigo 25.º da Parte I da Constituição (*No 10/Farnleitner + 3 , No 24/Santer + 4*), por " intervenha no processo legislativo " (*No 19/Lequiller*), por " durante a apresentação e a votação " (*No 20/Lopes e Lobo Antunes*), por " no exercício da função legislativa " (*No 23/ Rupel e Lenarčič, No 31/Queiró*) e uma referência aos regulamentos internos (*No 31/Queiró*). Em francês, substituir " délibère " por " statue " (*No 40/de Villepin*). Aditar a aprovação de uma proposta legislativa à deliberação (*No 4/Brok + 37, No 12/Follini, No 29/Hjelm-Wallén + 4*) e aditar que os relatos serão facultados ao público (*No 4/Brok + 37, No 12/Follini, No 19/Lequiller*). Substituir o número por " o Parlamento Europeu e o Conselho legislativo reunir-se-ão em público " (*No 25/Severin*).

Diversos:

- ▶ Aditar elementos específicos relativos ao acesso dos políticos eleitos aos documentos : ordens do dia, documentos de trabalho e listas de reuniões planeadas para os grupos de trabalho no Conselho e na Comissão (*No 2/Bonde + 4*).
- ▶ Sem propor alterações, *P. Hain (No 13)* preconizou maior clareza relativamente ao âmbito das disposições (aplicam-se apenas às reuniões do Conselho enquanto tais ou também aos Grupos de trabalho e ao Coreper ?).

Supressão:

- Suprimir o número (No 8/Duff + 20, No 15/Kaufmann, No 28/Voggenhuber, MacCormick e Lichtenberger).

N.º 3

Definições:

- Suprimir a forma feminina de " cidadão " (No 1/Azevedo e Nazaré Pereira, No 6/Demiralp, No 7/de Vries e de Bruijn, No 10/Farnleitner + 3 , No 17/Korčok, No 22/Roche, No 26/Tiilikainen + 4 , No 33/Hjelm-Wallén + 7 , No 34/Attalides, No 35/Queiró) (NdR: a forma feminina não se traduz facilmente para todas as línguas da União) e substituir " com residência " por " que esteja domiciliado " (No 1/Azevedo e Nazaré Pereira), por " com sede estatutária " (No 13/Hain, No 22/Roche, No 26/Tiilikainen + 4 , No 33/Hjelm-Wallén + 7 , No 40/de Villepin), ou por " com sede social " (No 35/Queiró). Alterar o texto para especificar que qualquer cidadão da União, tal como qualquer pessoa singular ou colectiva com residência num Estado-Membro, tem acesso aos documentos (No 3/Borrell, Carnero e López Garrido). Alterar para indicar " qualquer cidadão da União e qualquer pessoa singular ou colectiva... " (No 8/Duff + 20).
- Alterar no sentido de " documentos das instituições da União, das agências e órgãos ", sem especificar se estes últimos são criados pelas instituições (No 4/Brok + 37, No 8/Duff + 20, No 12/Follini, No 15/Kaufmann, No 26/Tiilikainen + 4). Fazer referência às " instituições " sem mais especificações (No 7/de Vries e de Bruijn, No 33/Hjelm-Wallén + 7, No 36/Timmermans). Aditar " ou pela presente Constituição " a seguir a " agências e órgãos criados por essas instituições " (No 27/Van Lancker + 9, No 36/Timmermans, No 39/Teufel).
- Aditar o Conselho Europeu (No 27/Van Lancker + 9), o Comité das Regiões (No 5/Chabert + 5) e o Banco Central Europeu (No 19/Lequiller) à lista das instituições.
- Precisar que se trata de documentos " na posse " das instituições (No 3/Borrell, Carnero e López Garrido, No 7/de Vries e de Bruijn) ou de documentos das instituições sem referência à " forma dos documentos " (No 15/Kaufmann, No 35/Queiró). Substituir " seja qual for a forma " por " seja qual for o suporte " (No 40/de Villepin). Substituir " acesso aos documentos " por " acesso a todos os documentos " (No 19/Lequiller). Aditar que os documentos geradores de direitos estão disponíveis em todas as línguas oficiais da União (No 19/Lequiller).

Diversos:

- ▶ Aditar que o acesso aos documentos é " directo " e também se aplica às agências e órgãos " co-financiados " pelas instituições (No 2/Bonde + 4).
- ▶ Aditar uma referência às normas que devem ser definidas de acordo com o n.º 4 (No 13/Hain)

Supressão:

- ▶ Suprimir o número (No 11/Fischer, No 28/Voggenhuber, MacCormick e Lichtenberger).

N.º 4

Princípios, condições, limites:

- ▶ Suprimir o termo " condições " (No 4/Brok + 37, No 12/Follini, No 26/Tiilikainen + 4, No 33/Hjelm-Wallén + 7), suprimir os termos " os princípios gerais, as condições e "(No 2/Bonde + 4), ou substituir os termos " os princípios gerais, as condições " por " as condições gerais " (No 37/Bonde e Duff).
- ▶ Alterar o texto no sentido de " os limites ... só podem ser definidos " pelas instituições de acordo com o processo legislativo " (No 2/Bonde + 4). Aditar uma primeira frase, segundo a qual " todos os documentos da União são de acesso público " e uma última segundo a qual as derrogações específicas serão decididas pelo Conselho deliberando por unanimidade (No 37/Bonde e Duff).

Prazo para a aprovação de disposições específicas:

- ▶ Aditar um prazo de 2 anos para a aprovação de normas (princípios e limites) relativas ao acesso aos documentos (No 4/Brok + 37, No 12/Follini, No 26/Tiilikainen + 4, No 33/Hjelm-Wallén + 7) e aditar que essas normas também se aplicam aos Estados-Membros quando se tratar de domínios da legislação europeia (definição, negociação e execução) (No 4/Brok + 37, No 12/Follini).

Diversos:

- ▶ Alterar a estrutura do número, começando pelo processo legislativo, e aditar uma referência às instituições, agências e órgãos referidos no n.º 3 (No 10/Farnleitner + 3).
- ▶ *Suprimir a referência específica às instituições* (No 7/de Vries e de Bruijn). *Substituir a referência ao " Conselho " por " Conselho legislativo " (No 9/Einem).*

- ▶ Aditar que os membros do Parlamento Europeu terão o direito de acesso a qualquer documento do Conselho, da Comissão ou do Parlamento (*No 16/Kirkhope*).
- ▶ Alterações de redacção : substituir " aos " por " a esses " (*No 14/Heathcoat-Amory e Bonde*), substituir " regem " por " regem este " (*No 33/Hjelm-Wallén + 7*).
- ▶ Deslocar o número para a Parte II da Constituição (*No 8/Duff + 20*).

N.º 5

- ▶ Aditar uma referência à legislação mencionada no n.º 4 (*No 4/Brok + 37, No 7/de Vries e de Bruijn, No 12/Follini*).
- ▶ Substituir os termos " define ... disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos " por "estabelece os pormenores " (*No 11/Fischer*).
- ▶ Suprimir o número (*No 2/Bonde + 4, No 8/Duff + 20, No 15/Kaufmann, No 28/Voggenhuber, MacCormick e Lichtenberger*).

Vários Convencionais detectaram ainda uma gralha no projecto de artigo: a referência não é ao n.º 2 mas ao n.º 3.

Propostas de aditamento de um ou vários números

- ▶ Aditar um número relativo ao acesso do público aos projectos e às propostas imediatamente após a sua aprovação, à sua transmissão a outros órgãos, organizações, indivíduos ou à sua publicação (*No 4/Brok + 37, No 12/Follini*).
- ▶ Aditar um número relativo ao reconhecimento e à protecção dos " delatores " nas instituições e agências da União (*No 14/Heathcoat-Amory e Bonde*).
- ▶ Aditar um número relativo à liberdade de expressão dos Membros das instituições, dos membros de comités e dos funcionários e outros empregados das instituições (*No 18/Lennmarker, No 38/Hjelm-Wallén + 5*).
- ▶ Aditar um número segundo o qual os princípios e as condições de acesso aos documentos também se aplicam aos Estados-Membros quando executam políticas da União (*No 27/Van Lancker + 9*).
- ▶ Aditar um número segundo o qual a observância das normas é submetida ao controlo de uma autoridade independente (*No 22/de Villepin*).

Artigo 36.º-A: Protecção de dados pessoais

1. *Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.*
2. *O Parlamento e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo, as normas relativas à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas Instituições e órgãos da União, bem como pelos Estados-Membros no exercício de actividades sujeitas à aplicação do direito da União, e à livre circulação desses dados.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Suprimir o artigo (*No 4/Heathcoat-Amory e The Earl of Stockton, No 12/Heathcoat-Amory, No 16/Korčok*).

N.º 1

Definições:

- Aditar "singulares ou colectivas" a seguir a "pessoas" (*No 1/Azevedo e Nazaré Pereira, No 7/Figel e Migaš*).
- Suprimir "que lhes digam respeito" e aditar "e do sigilo ligado a uma actividade económica" (*No 7/Figel e Migaš*).
- Aditar "se os dados não contiverem informações relativas ao cumprimento de um dever público" (public duty) (*No 21/ Bonde + 4*).

Supressão:

- Suprimir o número (*No 2/de Vires e de Burin, No 3/Duff + 22, No 5/Einem, No 8/Fischer, No 10/Haenel e Badiner, No 11/Hain, No 14/Kaufmann, No 17/Meyer, No 20/Voggenhuber + 2*).

N.º 2

Definições:

- Aditar "colectivas" a seguir a "pessoas singulares" (*No 1/Azevedo e Nazaré Pereira*).
- Aditar "Europeu" a seguir a "Parlamento", e "nos domínios sujeitos" (*No 19/Queiró*).

Diversos:

- ▶ Reformular, suprimindo os termos " o Parlamento e o Conselho " e indicando que " serão aprovadas normas " (*No 2/de Vries e de Bruijn*). Aditar que serão aprovadas normas (*No 10/Haenel e Badinter*).
- ▶ Aditar uma referência à Carta dos Direitos Fundamentais (*No 5/Einem*).
- ▶ Substituir " União " por " Comunidade " (*No 15/Kirkhope*).
- ▶ Deslocar o número para a Parte II da Constituição (*No 2/de Vries e de Bruijn, No 3/Duff + 22, No 11/Hain, No 17/Meyer*).

Propostas de aditamento de um ou vários números

- ▶ Aditar um número relativo à criação de um órgão de controlo/autoridade independente de controlo (*No 6/Farnleitner + 3, No 9/Floch, No 22/de Villepin*).
- ▶ Aditar um número segundo o qual o Parlamento e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo, normas relativas aos sistemas informáticos a fim de combater a pirataria (*No 18/Muscardini*).

Propostas de aditamento de um artigo

- ▶ Aditar um artigo relativo aos princípios de boa administração (*No 13/Hjelm-Wallén + 7*).

Artigo 37.º: Estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais

1. *A União Europeia respeita e não afecta o estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as Igrejas e associações ou comunidades religiosas nos Estados-Membros.*
2. *A União Europeia respeita igualmente o estatuto das organizações filosóficas e não confessionais.*
3. *A União estabelecerá um diálogo regular com as referidas Igrejas e organizações, no reconhecimento da sua identidade e do seu contributo específico.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

O Secretariado recebeu várias propostas de supressão da totalidade do artigo 37.º, as quais, a maior parte das vezes, especificam que seriam mantidos o teor e o estatuto da declaração n.º 11 anexa ao Tratado de Amesterdão. As alterações ou observações que podem ser agrupadas neste sentido são as de: No 18/Kirkhope, No 24/Szajer, No 26/Van Lancker + 6, No 2/Azevedo e Nazaré Pereira, No 3/Badinter, No 7/Demilralp, No 9/Duff + 21, No 14/Helle + No 15/Hjelm-Wallen + 3, No 16/Hololei, No 17/Kaufmann, No 19/Kohout, No 22/Santer + 3, No 27/Voggenhuber + 3, No 33/de Villepin.

Título

- Aditar "confessionais" no título : "Estatuto das igrejas e das organizações confessionais e não confessionais" (No 4/Berger + 3).

N.ºs 1 e 2 (actual declaração n.º 11 anexa ao Tratado de Amesterdão):

- *Suprimir o termo "filosóficas" no n.º 2 (No 6/Borrel +3, No 11/ Fini) (substituir "filosóficas" por "culturais")*
- *Especificar no n.º 2, à semelhança do n.º 1, que o estatuto das organizações não confessionais é fixado pelo "direito nacional" (No 11/Fini).*
- *Especificar que o estatuto das "escolas" também é abrangido pelo n.º 1, para garantir que a liberdade de contratação do corpo docente com base em critérios religiosos não poderá ser considerada discriminatória (No 13/Heathcoat-Amory).*

- ▶ *Precisar que as igrejas, associações e comunidades religiosas devem respeitar os "valores consagrados na presente Constituição" / "não devem violar a integridade da pessoa humana", a fim de lutar contra as seitas (No 21/Muscardini, No 20/Lequiller).*
- ▶ *Abranger não só o "estatuto" mas também as "actividades" das igrejas, associações ou comunidades religiosas e organizações filosóficas e não confessionais (No 5/Bonde + 4).*
- ▶ *Alterações de redacção: No 10/Figel + 1 (suprimir "igualmente" no n.º 2) e No 28-29/Queiró (suprimir "europeia" a seguir a "União" nos n.ºs 1, 2 e 3).*

N.º 3

- ▶ *Supressão (No 8/de Vries e de Bruijn, No 4/Berger + 3, No 5/Bonde + 4, No 6/Borrel + 2, No 12/Floch, No 26/Van Lancker + 6, No 30/Queiró).*
- ▶ *Precisar que o diálogo com as igrejas e as organizações não confessionais não deve conduzir à concessão de "financiamentos" por parte da União para permitir esse diálogo (No 13/Heathcoat-Amory + Bonde).*
- ▶ *Limitar o âmbito do n.º 3 às igrejas (uma vez que as organizações não confessionais estão abrangidas pelas disposições do artigo 34.º), No 24/Szajer.*
- ▶ *Precisar que o diálogo não só deve ser "regular" mas também "aberto e transparente" (No 25/Tiilikainen + 4).*
- ▶ *Precisar que o diálogo com as igrejas se processa no respeito pelo "carácter profundamente laico da União Europeia" (No 31/Floch).*

Proposta de aditamento de um número ou de um artigo

- ▶ *Aditar um artigo 37.º-A que, nos moldes do artigo 37.º, abranja as regiões e autarquias locais (No 32/Teufel).*
- ▶ *Aditar um novo n.º 1 que garanta a liberdade religiosa (No 23/Spini).*

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 33.º

1. *Kaufmann*
2. *Attalides*
3. *Azevedo, Nazaré Pereira*
4. *Bonde, Dalgaard, Skaarup, Zahradil*
5. *de Vries, de Bruijn*
6. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Karel De Gucht, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; Lone Dybkjaer, Valdo Spini, Elena Paciotti, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Patrick Dewael, Ibrahim Oza, Gintautas Sivickas*
7. *Farnleitner + Tusek, Bösch + Mainoni*
8. *Fini*
9. *Fischer*
10. *Haenel e Badinter*
11. *Hain*
12. *Heathcoat-Amory, Bonde*
13. *Hjelm-Wallén, Petersson (suplente) + Lekberg, Svensson, Kvist*
14. *Hübner*
15. *Jacobs*
16. *Kirkhope*
17. *Lopes + Lobo Antunes*
18. *Meyer*
19. *Muscardini*
20. *Oleksy*
21. *Queiró*
22. *Roche*
23. *Rupel, Lenarčič*
24. *Santer, Helminger + Fayot, bem como Wagener e Schmit*
25. *Sigmund, Briesch e Frerichs*
26. *Tiilikainen, Peltomäki, Kiljunen, Vanhanen, Korhonen*
27. *Tirmans*

28. *Voggenhuber, McCormick, Lichtenberger*
29. *Wuermeling*
30. *de Villepin*

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 34.º

1. *Maria Eduarda Azevedo + António Nazaré Pereira*
2. *Pervenche Berès, Alexandru Athanasiu, Josep Borell Fontenes, Carlos Carnero Gonzales, Olivier Duhamel, Constantin Ene, Ben Fayot, Jacques Floch, Luis Marinho, Jürgen Meyer, Hildegard Puwak*
3. *Bonde, Zahradil*
4. *Borrell, Carnero e López Garrido*
5. *Brok; Santer; Stylianidis; Szajer; Tajani; Teufel; van der Linden; Almeida Garrett; Alonso; Azevedo; Basile; Brejc; Cisneros; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Figel; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lequiller; Maij-Weggen; Mladenov; Piks; Rack; van Dijk; Wittbrodt; Würmeling; Zile*
6. *G. de Vries, T.J.A. de Bruijn*
7. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Alain Lamassoure, Matti Vanhanen, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Valdo Spini, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
8. *Lone Dybkjaer*
9. *Caspar Einem*
10. *Hannes Farnleitner, Gerhard Tusek, Reinhard Eugen Bösch, Eduard Mainoni*
11. *Gianfranco Fini*
12. *Joschka Fischer*
13. *Haenel e Badinter*
14. *Hain*
15. *David Heathcoat-Amory, Bonde*
16. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg, Kenneth Kvist, Ingvar Svensson*
17. *Henrik Hololei*
18. *Georges Jacobs*
19. *Dr.ª. Sylvia-Yvonne Kaufmann*
20. *Kimmo Kiljunen*
21. *Timothy Kirkhope*
22. *J. Kohout*
23. *Göran Lennmarker*

24. *Juraj Migaš (Eslováquia)*
25. *Cristiana MUSCARDINI*
26. *Józef Oleksy*
27. *Elena PACIOTTI*
28. *Palacio*
29. *Luís Queiró*
30. *Poul Schlüter*
31. *Adrian Severin*
32. *Sigmund, Briesch e Frerichs*
33. *Antonio Tajani*
34. *Anne van Lancker, Olivier Duhamel, Caspar Einem, Ben Fayot, Linda McAvan, Luis Marinho, Pervenche Berès, Maria Berger, Carlos Carnero, Elena Paciotti, Helle Thorning-Schmidt*
35. *Voggenhuber, Wagener, MacCormick, Lichtenberger, Nagy*
36. *Joachim Wuermeling*
37. *Emilio Gabaglio*
38. *Frans Tirmans*
39. *Emilio Gabaglio*
40. *Ben Fayot*
41. *Henrik Dam Kristensen, Lena Hjelm-Wallén, Sören Lekberg, Kimmo Kiljunen, Helle Thorning-Schmidt*
42. *Borrell, Carnero e López Garrido*
43. *Caspar Einem, Maria Berger*
44. *Jacques Floch*
45. *Emilio Gabaglio*
46. *Georges Jacobs*
47. *Alain Lamassoure*
48. *Anne van Lancker, Olivier Duhamel, Caspar Einem, Ben Fayot, Jürgen Meyer, Linda McAvan, Luis Marinho, Pervenche Berès, Maria Berger, Carlos Carnero, Elena Paciotti, Helle Thorning-Schmidt*
49. *Filibeck*
50. *de Villepin*

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 35.º

1. *AVGERINOS Paraskevas, GIANNAKOU Marietta, STYLIANIDIS Evripidis*
2. *Maria Eduarda Azevedo, António Nazaré Pereira*
3. *Bonde, Dalgaard (suplente) Heathcoat-Amory, Skaarup, Zahradil*
4. *Borrell, Carnero e López Garrido*
5. *G. de Vries, T.J.A. de Bruijn*
6. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Louis Michel, Henning Christophersen, Gijs de Vries, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Karel De Gucht, Matti Vanhanen, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiū Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Patrick Dewael e Eugenijus Maldeikis; Lone Dybkjaer, Valdo Spini, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Pierre Chevalier, Niels Helveg Petersen, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
7. *Hannes Farnleitner, Gerhard Tusek, Reinhard Eugen Bösch, Eduard Mainoni*
8. *Joschka Fischer*
9. *Haenel e Badinter*
10. *Hain*
11. *Dr.ª. Sylvia-Yvonne Kaufmann*
12. *Timothy Kirkhope*
13. *Ivan Korčok*
14. *Ernâni Lopes e Manuel Lobo Antunes*
15. *Professor Jürgen Meyer*
16. *Cristiana Muscardini*
17. *Elena Paciotti, Anne van Lancker, Olivier Duhamel, Caspar Einem, Ben Fayot, Linda McAvan, Luis Marinho, Pervenche Berès, Maria Berger, Carlos Carnero, Helle Thorning-Schmidt*
18. *Palacio*
19. *Luís Queiró*
20. *Roche*
21. *Frans Tirmans*
22. *Voggenhuber, Wagener, MacCormick, Lichtenberger, Nagy*
23. *Teufel*
24. *Vassiliou*
25. *de Villepin*

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 35.º-A

1. *Bonde, Dalgaard, Skaarup, Zahradil*
2. *Borrell, Carnero e López Garrido*
3. *Brok; Santer; Szajer; Tajani; Teufel; van der Linden; Palacio; Almeida Garrett; Alonso; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cisneros; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Figel; Fogler; Follini; Frendo; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lamassoure; Lequiller; Maij-Weggen; Mladenov; Piks; Rack; van Dijk; Wittbrodt; Würmeling; Zacharakis; Zile*
4. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis; Willem Van Eekelen, Valdo Spini, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
5. *The Earl of Stockton*
6. *Caspar Einem*
7. *Gianfranco Fini*
8. *Jacques Floch,*
9. *Marco Follini*
10. *David Heathcoat-Amory, Bonde*
11. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos e Sören Lekberg, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson*
12. *Prof. Danuta Hübner*
13. *Dr.ª. Sylvia-Yvonne Kaufmann*
14. *Timothy Kirkhope*
15. *Ivan Korčok*
16. *Göran Lennmarker*
17. *Ernâni Lopes e Manuel Lobo Antunes*
18. *Professor Jürgen Meyer*
19. *Juraj Migaš*
20. *Luís Queiró*
21. *Roche*
22. *Dimitrij Rupel*
23. *Adrian Severin*

24. *Anne van Lancker, Olivier Duhamel, Caspar Einem, Ben Fayot, Linda McAvan, Luis Marinho, Pervenche Berès, Maria Berger, Carlos Carnero, Elena Paciotti, Helle Thorning-Schmidt*
25. *Voggenhuber, Wagener, MacCormick, Lichtenberger, Nagy*
26. *Santer, Helminger, Fayot e Schmit*
27. *Dr.^a Sylvia-Yvonne Kaufmann*
28. *Anne van Lancker, Olivier Duhamel, Caspar Einem, Ben Fayot, Linda McAvan, Luis Marinho, Pervenche Berès, Maria Berger, Carlos Carnero, Helle Thorning-Schmidt*
29. *de Villepin*
30. *de Villepin*

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 36.º

1. *Maria Eduarda Azevedo, António Nazaré Pereira*
2. *Bonde, Dalgaard, Heathcoat-Amory, Skaarup, Zahradil*
3. *Borrell, Carnero e López Garrido*
4. *Brok; Santer; Stylianidis; Szajer; Tajani; Palacio; Van Der Linden; Almeida Garrett; Alonso; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cisneros; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Figel; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lamassoure; Lennmarker; Lequiller; Maij-Weggen; Mladenov; Paks; Rack; van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec ; Zile*
5. *J.Chabert, M. Dammeyer, P.Dewael, C. du Granrut, C.Martini, R.Valcarcel Siso*
6. *Oğuz Demiralp*
7. *G. de Vries, T.J.A. de Bruijn*
8. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puii Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; Lone Dybkjaer, Valdo Spini, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
9. *Caspar EINEM*
10. *Hannes FARNLEITNER, Gerhard TUSEK, Reinhard Eugen BÖSCH, Eduard MAINONI*
11. *Joschka Fischer*
12. *Marco FOLLINI*
13. *Hain*
14. *David Heathcoat-Amory, Bonde*
15. *Dr.ª. Sylvia-Yvonne Kaufmann*
16. *Timothy Kirkhope e The Earl of Stockton*
17. *Ivan Korčok, Ján Figel', Juraj Migaš*
18. *Göran Lennmarker*
19. *Pierre Lequiller*
20. *Ernâni Lopes, Manuel Lobo Antunes*
21. *Cristiana Muscardini*
22. *Roche*
23. *Dimitrij Rupel, Janez Lenarčič*
24. *Santer, Helminger, Fayot, bem como Wagener e Schmit*

25. *Adrian Severin*
26. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
27. *Anne van Lancker, Olivier Duhamel, Ben Fayot, Linda McAvan, Luis Marinho, Pervenche Berès, Maria Berger, Carlos Carnero, Elena Paciotti, Helle Thorning-Schmidt*
28. *Voggenhuber, MacCormick, Lichtenberger*
29. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson*
30. *Attalides*
31. *Luís Queiró*
32. *Luís Queiró*
33. *Lena Hjelm-Wallén e Teija Tiilikainen; Helle Thorning-Schmidt, Lone Dybkjær e Piia-Noora Kauppi; Sören Lekberg, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson*
34. *Attalides*
35. *Luís Queiró*
36. *Frans Tirmans*
37. *Jens-Peter Bonde e Andrew Duff*
38. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson; Sören Lekberg, Göran Lennmarker, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson*
39. *Teufel*
40. *de Villepin*

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 36.º-A

1. *Maria Eduarda Azevedo, António Nazaré Pereira*
2. *G. de Vries, T.J.A. de Bruijn*
3. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Karel De Gucht, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; Lone Dybkjaer, Valdo Spini, Willem Van Eekelen, Lord Maclellan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Patrick Dewael, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
4. *David Heathcoat-Amory e The Earl of Stockton*
5. *Caspar Einem*
6. *Hannes Farnleitner, Gerhard Tusek, Reinhard Eugen Bösch, Eduard Mainoni*
7. *Ján Figel', Juraj Migaš*
8. *Joschka Fischer*
9. *Jacques Floch*
10. *Haenel e Badinter*
11. *Hain*
12. *David Heathcoat-Amory, Bonde*
13. *Lena Hjelm-Wallén, Teija Tiilikainen, Dick Roche e Sven-Olof Petersson; Sören Lekberg, Göran Lennmarker, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson*
14. *Dr.ª. Sylvia-Yvonne Kaufmann*
15. *Timothy Kirkhope MEP*
16. *Ivan Korčok*
17. *Professor Jürgen Meyer*
18. *Cristiana Muscardini*
19. *Luís Queiró*
20. *Voggenhuber, MacCormick, Lichtenberger*
21. *Bonde, Dalgaard, Heathcoat-Amory, Skaarup, Zahradil*
22. *de Villepin*

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 37.º

1. *Vytenis Povilas Andriukaitis*
2. *Maria Eduarda Azevedo, António Nazaré Pereira*
3. *Badinter*
4. *Maria Berger, Linda Mc Avan, Helle Thorning-Schmidt, Anne Van Lancker*
5. *Bonde, Dalgaard, Heathcoat-Amory, Skaarup, Zahradil*
6. *Borrell, Carnero e López Garrido*
7. *Oğuz Demiralp*
8. *G. de Vries, T.J.A. de Bruijn*
9. *Andrew Duff, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Karel De Gucht, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; Lone Dybkjaer, Elena Paciotti, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Patrick Dewael, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
10. *Ján Figel', Juraj Migaš*
11. *Gianfranco Fini*
12. *Jacques Floch*
13. *David Heathcoat-Amory, Bonde*
14. *Esko Helle*
15. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson; Sören Lekberg e Kenneth Kvist*
16. *Henrik Hololei*
17. *Dr.ª. Sylvia-Yvonne Kaufmann*
18. *Timothy Kirkhope*
19. *J. Kohout*
20. *Pierre Lequiller*
21. *Cristiana Muscardini*
22. *Santer, Helminger, Fayot e Schmit*
23. *Valdo Spini*
24. *Jozsef Szajer*
25. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
26. *Anne van Lancker, Olivier Duhamel, Linda McAvan, Luis Marinho, Pervenche Berès, Carlos Carnero, Helle Thorning-Schmidt*

- 27. *Voggenhuber, Wagener, Lichtenberger, Nagy*
 - 28. *Luís Queiró*
 - 29. *Luís Queiró*
 - 30. *Luís Queiró*
 - 31. *Jacques Floch*
 - 32. *Teufel*
 - 33. *de Villepin*
-